

AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMI-ÁRIDO DE ANAGÉ – BA

TÂNIA ALMEIDA DA SILVA¹
ARLETE MIRANDA DÓRIA¹

INTRODUÇÃO

O campesinato no Brasil tem sido alvo de vários ataques por parte do sistema capitalista e deve ser compreendido como uma classe que está, mesmo na sua timidez, lutando para permanecer no seu dinamismo, que é algo que lhe é peculiar desde o início de sua existência histórica. A atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores reaviva a esperança de camponeses e camponesas que precisavam de algo que os motivassem a resistir. Isso faz com que a organização viabilize o desenvolvimento local, a articulação entre ONG's, Igrejas e sociedade civil, tornando-os assim, mais fortes.

No semi-árido a busca de alternativas para a permanência do homem e da mulher no campo, faz com que parcerias se concretizem, despertando uma consciência política de grande envergadura, tornando esses homens e essas mulheres pessoas livres, principalmente do ponto de vista político-partidário. Pessoas que aos poucos vão deixando de alimentar a "indústria da seca" e vão percebendo que a convivência com o semi-árido é possível.

É importante ressaltar que com toda a história que permeia o campesinato no Brasil, desde a sua colonização, resistindo ao período colonial e passando pelo exemplo das Ligas Camponesas, não é de se duvidar que ainda hoje como uma classe social altamente dinâmica, os camponeses não se deixassem vencer pelo capital, mas, resistindo política e economicamente eles vão demonstrando que é possível ser camponês e viver com dignidade no semi-árido nordestino, e sobretudo na Comunidade do Poço da Vaca no município de Anagé na Bahia.

Vale lembrar que mesmo com as condições climáticas desfavoráveis os moradores dessa Comunidade não se deixaram vencer e não permitem que o determinismo seja a mola mestra para as condições de vida de seus habitantes, mas percebem que lutando por melhorias indo contra os que dizem que não existe mais agricultura camponesa, homens e mulheres afirmam que é no campo que a resistência se faz e que não pode abandonar a terra.

A pesquisa realizada apoiou-se no método indutivo, visto que este permite a análise de casos particulares de uma determinada realidade cotidiana para, a partir das análises feitas

com relação aos aspectos sócios ambientais da área de estudo, é possível realizar conclusões mais globais a respeito da agricultura camponesa.

Considerando a grande relevância para o aprofundamento do tema, primordialmente foi realizada uma revisão bibliográfica; posteriormente foi feita uma entrevista com membros do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e da Articulação no Semi-Árido – ASA, visando informações das atividades realizadas do ponto de vista da conscientização e da formação, mas também do que se tem feito concretamente para fortalecer a resistência dos pequenos agricultores e agricultoras camponeses no Poço da Vaca, município de Anagé. Com a obtenção de informações foram realizadas análises verificando a experiência da agricultura camponesa constituindo-se em uma estratégia de sobrevivência e resistência das famílias no campo.

1.0 DIMENSÃO CONCEITUAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

É interessante diferenciarmos os conceitos de Agricultura familiar do, de Agricultura Camponesa. A Familiar, nasceu de um ideário político-economicista, tendo o mercado como único espaço possível de criação e recriação do campesinato (Fernandes, 2001). Esse conceito veio como forma de oposição ao conceito camponês, negando assim a história de luta construída e de resistência ao capital.

O campesinato no Brasil faz com que muitos estudiosos e pesquisadores do assunto discutam a real definição da agricultura camponesa pois, segundo Oliveira (2001) existem aqueles que querem defini-la com elementos que seriam para outra forma de agricultura, no caso a familiar, que traz uma espécie de “roupagem” nova aceita pelo sistema capitalista: e esses mesmos teóricos culpam uma determinada corrente que realmente especificam com precisão o que vem a ser agricultura camponesa. OLIVEIRA (2001) nos diz que:

Assim, a questão teórica que envolve a produção camponesa, (ou de pequeno produtor de mercadorias) tem sido relegada a um plano secundário, embora todos saibam que aí reside um dos pontos de discórdia entre as várias vertentes teóricas. É assim que integrantes do primeiro grupo de autores preferem acusar aqueles que seguem a terceira corrente de abraçarem “teses populistas” (narodniks) expressas notadamente nos estudos de Chayanov” in Oliveira (2001:46/47).

¹ Graduandas de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
ttaniaalmeida@bol.com.br; arletedoria@bol.com.br

É importante ressaltar que o que os teóricos pró-agricultura familiar querem é inserir os agricultores camponeses no mercado, só que isso fere tudo o que foi feito para que o conceito permaneça indelével, não que o conceito apenas seja o mais importante, pois sem a ação das pessoas, se torna vazio; e o que se constata é que não se pode mudar algo que envolve “caráter, comportamento” e sobretudo histórias de vidas e de lutas. FERNANDES (2003) nos diz:

Ora, metamorfosear significa mudar de forma, mudar de caráter e de comportamento. Esse “mudar de forma” é interpretado como deixar de ser camponês, transformando-se em agricultor familiar. Todavia, se compreendermos que o camponês é agricultor familiar, Então não há mudança de forma, mas há a tentativa da construção de outra identidade com a mudança de caráter e de comportamento.”

Vale lembrar que a produção camponesa não visa o lucro, mas é cultivada para a subsistência e comercialização do excedente e isso, de uma certa forma, vai de encontro ao sistema capitalista. Por isso segundo FABRINI (2002), o capitalismo insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses, pois essa forma de sustentabilidade não atende à forma de economia vigente. “*É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja traindo as leis do capital pela luta*”.

Os camponeses vivem da terra e para a terra, hoje buscando na resistência e na aquisição de recursos de sustentação sócio-ambiental. No semi-árido isto se reflete através de uma agricultura numerosa e próspera não mais num combate à seca, mas na busca de inovações, criatividade e lutas de movimentos sociais para uma melhor convivência com o Semi-Árido.

1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO

A História do campesinato no Brasil vem de longa data: suas lutas, suas conquistas e porque não, também, suas derrotas? Afirma-se que os povos indígenas viviam em território brasileiro, organizados numa espécie de “comunismo primitivo”, onde os homens dedicavam-se à caça e à pesca e as mulheres à lavoura e alguns plantios agrícolas. Numa forma de agricultura que servia de complemento alimentar dos povos indígenas que tinham como cultura principal o extrativismo. Mas nos países andinos, astecas, incas e maias utilizavam um modo de produção mais sofisticado e avançado que os espanhóis, que na época era o “modo de produção” asiático. Por isso os portugueses com o seu capitalismo comercial tiveram mais facilidade de implantar aqui o modelo econômico agro-explorador,

que tinha como base grandes extensões de terra, monocultura agrícola, exportação e trabalho escravo. Assim, no Brasil, esse modelo teve primazia por mais de trezentos anos e o que se viu foi a morte de milhões de indígenas e na deportação de outros milhões de negros da África, fazendo com que daí se originasse duas classes sociais: a oligarquia rural e os escravos. Muitas lutas sociais ocorreram contra a opressão e a monarquia nesse período, mas não havia uma classe camponesa organizada como entre as populações andinas. Só com a crise do modelo agro-exportador, já no final do século XIX é que se inicia o surgimento de novas classes sociais no campo.

No mesmo período em que a oligarquia rural estava em decadência (no final do século XIX), começam a surgir os capitalistas do campo, os camponeses (em pequenas unidades de produção e trabalho familiar), os colonos rurais (substituindo, em parte, os escravos) e os assalariados rurais (os peões da pecuária, café, cacau e cana de açúcar). Com maior presença de capital no mundo rural, nasce o campesinato no Brasil e, simultaneamente, a luta pela terra com os acontecimentos de Canudos (BA), e dos Muckers (RS), no século XIX; alguns movimentos camponeses messiânicos” surgidos em torno de Padre Cícero Romão Batista (CE), e dos Beatos Zé Maria, no Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina) José Lourenço, no Caldeirão (CE) e Severino em Pau de Colher (BA), estes últimos no século XX, já fazendo alusão à questão agrária. O Cangaço também foi um movimento camponês de contestação.

Com o crescimento do capitalismo na era da industrialização brasileira, a ascendente burguesia industrial vence a oligarquia rural, mas não desfaz aliança com ela. Nesse período nos Estados Unidos e na Europa, a burguesia industrial dividia a terra com os camponeses, aqui no Brasil, não. O mais importante no País para a agricultura, era que o mercado interno estivesse abastecido e pudesse exportar e produzir alimento barato para a classe operária. Nesse tempo o campo prover as indústrias recém chegadas à Região Sudeste com força de trabalho barata, fazendo assim com que as classes sociais se tornassem mais diferenciadas aumentando o número de assalariados rurais, pequenos proprietários familiares, posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários. Para o campesinato brasileiro esse é o momento de uma grande mudança surgindo então movimentos de suma importância, com consciência de classe e novas formas de organização: são criados as Ligas Camponesas, os sindicatos de assalariados, as associações civis sem fins lucrativos, as frentes agrárias e os movimentos de agricultores sem terra, especialmente na região Sul do Brasil.

Nas décadas de 1950 e 1960 a luta pela terra foi intensa, ou seja o campo vivia uma forte agitação social.

Vale fazer memória de um momento muito importante no campesinato brasileiro, sobretudo para o povo nordestino: as Ligas Camponesas. Eram associações de trabalhadores rurais que no princípio era apenas no Estado de Pernambuco, depois na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do País. O movimento ficou conhecido em âmbito nacional, mas iniciou-se efetivamente, no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão entre o agreste e a Zona da Mata de Pernambuco. As Ligas, tiveram início no dia 1º de janeiro de 1955 e se autodenominou Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Os setores conservadores, na imprensa e na Assembléia pôs o nome de sociedade de “liga”, pois temiam que fosse uma nova edição de movimento que agiam sob a influencia do Partido Comunista Brasileiro, na época Partido Comunista do Brasil (PCB).

Há várias versões sobre a criação das ligas camponesas. A mais conhecida diz que o objetivo era arrecadar dinheiro para sepultar os mortos que antes eram colocados em valas comuns. Uma outra versão, alude que a sociedade recém-criada arrecadava recursos para assistência educacional e de saúde e para aquisição de adubos com o objetivo de produzir melhor, escolhendo justamente como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão. Só que a criação da Liga de Galiléia obteve a reação do filho do dono do engenho, que temia que a estabilidade desse núcleo produtivo viesse interromper uma produção mais lucrativa nas terras do engenho.

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se proliferou rapidamente em vários estados, como a Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná. Dessas a mais importante foi, a de Sapé na Paraíba, a que tinha mais expressão e a maior de todas.

Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados da Federação . No início de 1961 acontece o 1º Congresso Camponês do Brasil em Minas Gerais com o clamor: “Reforma Agrária na lei ou na marra!” era o governo de João Goulart e ele fora pressionado a assinar o decreto da Reforma Agrária (de 13.03.1963). Com o golpe militar, ocorrendo dias depois as aspirações dos camponeses se esvaíram.

Em 1962 foi fundado o jornal *A Liga* que não atingia a muitos leitores a não ser membros do próprio movimento. Nesse mesmo ano tentou-se criar um partido político que se chamou Movimento Revolucionário Tiradentes não se tornando inviável, esvaziado e com Perfil de movimento sindical organizado e se tornando mais ligado à Igreja e ao Estado.

As Ligas eram associações de caráter civil, voluntário e dependiam de um estatuto e de seu registro em cartório. Elas eram constituídas legalmente bastando aprovar um estatuto, registra-lo na cidade mais próxima e instalar a sua sede. Tinham como finalidades principais assistências sociais, sobretudo a jurídica e médica, bem como, a de autodefesa, nos casos graves de ameaça a qualquer de seus membros, isso em curto prazo. A médio e em longo

prazo, o objetivo era fortalecer a consciência dos direitos comuns, que era não aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles eu cultivavam a terra alheia) e outros serviços de tipo “feudal”.

Define-se as Ligas como um movimento autônomo avesso à colaboração ao Estado. Ao toma esta posição em Belo Horizonte, confirmou-se no período do plebiscito que fez com João Goulart voltasse ao poder (Janeiro 1963), e diante do qual as Ligas pregaram a abstenção. O mesmo aconteceria no governo de Miguel Arrais em Pernambuco (1963 – 1964).

Vale ressaltar no movimento a grande relevância das lideranças intermediárias, que formaram o seu núcleo. Em Galiléia, João Virgínio e José Francisco; em Sapé, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Elizabeth Teixeira e João Severino Gomes foram alguns mártires do movimento e os que o alimentaram a sua mística. Normalmente tinha pouca escolaridade, eram pequenos proprietários, exerciam atividades artesanais, o que lhes dava liberdade para exercer as atividades indispensáveis à própria liderança.

A nível nacional a liderança que se destacou foi a de Francisco Julião que fez com que o movimento girasse em torno dele. Mais tarde foi eleito deputado federal por Pernambuco, depois de ter sido deputado estadual. Foi nesse período que as Ligas Camponesas chegou ao ápice de seu prestígio tendo, inclusive, repercussão internacional.

A ditadura militar acaba com as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Máster), a Ação Popular (AP), e intervém na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) recentemente criada, na época.

Daí então, o movimento camponês é totalmente desarticulado. Sendo assim, têm-se início o maior êxodo rural da história do Brasil: em menos de vinte anos mais de trinta milhões de camponeses são obrigados a ir para as grandes cidades. Desse modo, há um grande retrocesso nas conquistas camponesas.

A partir dos anos 1970 renascem as lutas no campo, com uma consistência maior. Setores progressistas da Igreja Católica e militantes de esquerda ainda clandestinos, apóiam a batalha dos posseiros nas fronteiras agrícolas do Sul do Pará, em Goiás e na Amazônia. Os assalariados não se acomodam, também eles se levantam e vão em busca de seus direitos. Alguns sindicatos combativos e oposições sindicais no campo emergem; a CUT (Central Única dos Trabalhadores) é criada no início da década de 1980, tendo o Departamento Rural. Em meados dos anos 80 surge o Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), além dos movimentos de lutas dos seringueiros, das quebradeiras de coco etc. todos esses movimentos tem como objetivo principal a luta

pela terra e a Reforma Agrária. O que na realidade se vê é que, os camponeses representaram e ainda hoje, representam um dos setores mais dinâmicos e combativos da sociedade brasileira.

1.3 CARACTERÍSTICAS DO SEMI-ÁRIDO

O Semi-Árido brasileiro tem uma área de 974.752 Km, sendo o maior do mundo comparando à extensão e a densidade demográfica, abrangendo 86% do território da Região Nordeste e a região Setentrional de Minas Gerais havendo 21 milhões de habitantes (IBGE 2000).

As chuvas são de distribuição muito insuficiente e irregular, contando com a precipitação em média de 750 mm por ano; o total de chuvas que cai nesta região é de 700 bilhões de metros cúbicos por ano. A elevada temperatura e a grande taxa de evaporação são características que repercutem nas demais circunstâncias naturais da zona semi-árida. A composição dos solos rasos dessa região é rochosa acima do cristalino, não permitindo o armazenamento de água da chuva. Sendo assim, a maioria dos rios é intermitente, ou seja só reaparecem com a abundância das chuvas anuais ou bianuais, havendo poucos rios permanentes. Os mais conhecidos são: o São Francisco e o Parnaíba.

*“Estudos científicos mais recentes mostram que secas costumam ocorrer, em média, a cada dez ou quinze anos e normalmente duram dois e três anos embora haja casos excepcionais onde ela chegou a durar cinco anos, como aconteceu entre 1979/84 que foi uma das mais demoradas e de violenta ausência de chuva na região”*Andrade Neto (1994)

O Semi-Árido tem sido cenário de incoerência e injustiças sociais que toma para si proporção de calamidade nas contínuas estiagens de longa duração quando a população pobre tem dificuldade de acesso a água e alimentos em quantidade e de boa qualidade. Nessa circunstância, o que bem se vê são os assistencialismos de maneira paliativa, sobretudo dos que se beneficiam politicamente com isso, alimentando assim a “indústria da seca”.

“A realidade é que o que se vê de fato é a intervenção pública, em todas as esferas, se limitar aos anos mais caóticos, com dinheiro a fundo perdido sem criar uma infra-estrutura que permita ao homem a superação do problema. Essa forma de intervenção só beneficia a classe de água pelos órgãos públicos, só atendendo às residências indicadas pelo prefeito, ou quando esse é de oposição, do deputado ligado ao governo

que mantém aquela área como curral eleitoral”Andrade Neto, (1994).

A utilização da seca em períodos eleitorais fazia com que os agricultores se tornassem desesperançosos, deixassem suas terras para “tentar a vida” em cidades onde, trabalhando, pudessem sustentar a sua família. Em muitas localidades onde isso era experimentado, criou-se até um adjetivo para as mulheres, cujos maridos as deixavam para ir trabalhar e, às vezes, não voltavam ou retornavam muito tempo depois. Elas eram chamadas de “viúvas da seca”.

A seca no Nordeste é caracterizada de três formas: seca hidrológica, seca agrícola também chamada de “seca verde” e seca efetiva.

A seca hidrológica é a que tem ocorrência de pouca, mas boa distribuição de chuvas suficientes para a agricultura e as pastagens. A seca agrícola ou “seca verde” acontece quando há abundância de chuva, mas com má distribuição do ponto de vista de tempo e de espaço. Já a seca efetiva ocorre quando há pouca precipitação, a distribuição de chuva é precária e a alimentação das pessoas e dos animais se tornam de difícil acesso tornando impossível de manter reservatórios de água para consumo.

O que tem ocorrido nos últimos tempos com a atuação de movimentos sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores, no semi-árido, é um trabalho para que não haja mais falta de esperança na vida dessas pessoas, o desmoronamento dos “currais eleitorais”, a permanência dessas pessoas no campo, não combatendo a seca, mas convivendo com ela.

2.0 O MUNICÍPIO

2.1 O MUNICÍPIO DE ANAGÉ NO CONTEXTO HISTÓRICO – GEOGRÁFICO

Criado pela Lei Estadual 1.656 em 05 de abril de 1962, e publicada no Diário Oficial em 10 de abril de 1962, o município de Anagé se originou do território de Vitória da Conquista e tinha o nome de Vila Nova, mudando quando passou à categoria de município. Possui apenas um Distrito: Coquinhos, o mais populoso com aproximadamente 15.000 habitantes tendo como povoados mais significativos: Lindo Horizonte, também conhecido por Lagoa d'Água e Capinado onde há um grande contingente populacional.

As cidades fronteiriças são Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Planalto e Vitória da Conquista; A Microrregião Geográfica e administrativa de Vitória da Conquista, Região de Planejamento Sudoeste e Região Econômica do Sudoeste ainda tem como componente o município de Anagé.

A área territorial é de 1.859,3 km² (IBGE), com altitude média de 400 m, suas coordenadas são de 14°37'00" de Latitude e 41°08'00" de Longitude; fica a 560 km de Salvador. Situado no Sudoeste da Bahia, com clima característico Semi-árido e Sub-úmido a seco, com temperatura média anual de 23,9° C, máxima de 30,1° C e mínima de 20,2° C; o período chuvoso de novembro a de novembro a julho, níveis pluviométricos de 648 mm médio, com máxima e mínima de 1.225 mm e 327 mm respectivamente.

O relevo está situado nos Patamares do Médio Rio de Contas, no Pediplano Sertanejo e na Borda do Planalto dos Geraizinhos; goelologicamente é composto de depósitos Eluvionares e Coluvionares, Gnaisses, Metatexitos, Metarenitos, Quartzo-feldspático, Filitos e Metassilitos com ocorrência dos seguintes minerais: Ametista, Amianto, Berilo, Cianita, Cobre, Esmeralda, Ferro, Quartzo, Talco, Titânio e Vermiculita.

Sua rede hidrográfica tem como primordial o rio Gavião, represado na Barragem de Anagé, principal atração do município, utilizada em projetos de irrigação, turismo e lazer, formou um lago de 37 quilômetros quadrados e acumula um volume de 367 milhões de metros cúbicos de água e mesmo com os objetivos acima citados não é utilizada em toda a sua potencialidade. Como recurso natural, o rio Gavião e seus afluentes são de fundamental importância para o município, onde muitos habitantes buscam nele a sua sobrevivência.

A população total do município é de 43.514 habitantes (IBGE), sendo 6.172 urbana (14,1%) e 37.342 na zona rural (85,8%). Com essa população de maioria residente na zona rural, Anagé tem na agricultura uma das mais importantes fontes de sobrevivência de seu povo, pois praticam a agricultura de subsistência, praticamente sem recursos financeiros e tecnológicos tornando então uma produção apenas para o próprio consumo não permitindo sua comercialização já que não há excedente. A produção agrícola é pouco diversificada destinando-se apenas à complementação do consumo interno, caracterizado pelo sistema tradicional com baixa produtividade. Do ponto de vista do sistema capitalista, Anagé é inviável; mas esse cenário está se modificando, pois algumas fazendas na região já estão investindo no agro-negócio se utilizando prioritariamente da irrigação às margens da Barragem.

2.2 DIMENSÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ANAGÉ

A dimensão ambiental engloba aspecto do espaço geográfico, com todos os seus elementos naturais, ou não, resultantes da ação antrópica, negativo ou positivo, ou simplesmente o meio natural sem a interferência humana. Nessa categoria de análise, deve-se considerar a interferência humana como componente ambiental, com toda sua influencia sobre o meio.

Do ponto de vista do meio ambiente, o município de Anagé apresenta condições naturais bastante desfavoráveis ao desenvolvimento de atividades agrícolas, e a pecuária sua topografia ondulada, conjunto de elementos climáticos como solos pedregosos e rasos, pouca disponibilidade de recursos hídricos, baixa pluviometria e alta insolação, o que resulta em déficit hídricos, torna praticamente insustentável as tentativas de sobrevivência no local.

Outro ponto a destacar é que muitas vezes os habitantes praticam o desmatamento das poucas florestas da Caatinga existentes na busca por madeira, para transformar em carvão, lenha, estacas para cercas, ou para construção civil, acentuando a degradação dos ecossistemas, que juntamente com a caça predatória são os principais problemas da dimensão ambiental.

Tais problemas ambientais refletem diretamente nas dimensões Social e Econômica, e se não tomarem medidas urgentes no sentido de minimizar as ações predatórias sobre os ecossistemas, muitas espécies de animais e vegetais típicas da Caatinga entrarão em processo de extinção em breve espaço de tempo.

Apresentamos aqui alguns dos principais problemas da dimensão ambiental do município de Anagé.

Poluição da Lagoa do Cemitério (na sede municipal), que produz muitos insetos, ratos e mau cheiro nas regiões circunvizinhas;

Falta de monitoramento e orientação sobre o uso de agrotóxico nas lavouras às margens da barragem de Anagé.

Desmatamento indiscriminado das espécies nativas da região;

Problemas relacionados à deposição do lixo urbano, a falta de um lugar adequado induz os moradores a jogarem os rejeitos nos terrenos baldios;

Arborização na cidade e nos povoados, para amenizar o excesso de temperatura nos períodos de verão;

A prática de queimada, que além de matar espécies vegetais, empobrece mais ainda os solos da região;

Pesca e caça predatória estão rareando os animais da Caatinga: preás, raposas, onças, cobras, rolinhas, tatus e outros;

O desmatamento das áreas próximo às nascentes leitos dos rios vem comprometendo a manutenção dos mananciais e provocando assoreamento além da poluição gradativa das águas;

Em síntese, pode-se dizer que a falta de uma política de preservação pode ser considerada um dos entraves para o desenvolvimento local, as atividades econômicas dependem também dos ecossistemas da Caatinga, a conservação e preservação dos recursos naturais pode ter uma relevante importância na conscientização do povo que busca tirar da natureza o seu sustento.

3.0 ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 ALTERNATIVAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ – BA

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) atua de diversas formas no Semi-Árido do Município de Anagé. Algumas são específicas, como por exemplo, a social, política e econômica.

Na esfera social, ele organiza as famílias em pequenos grupos com mais ou menos quinze famílias cada: em Anagé, no Poço da Vaca são três grupos onde eles são formados para o resgate do espírito de união e do trabalho coletivo. Nessa formação eles são despertados para a conscientização de se inserirem na realidade camponesa, pois muitos trazem em si a idéia de agricultura familiar, não condizendo com o que eles vivem.

No campo político a atuação do movimento tem caráter reivindicatório. Suas reivindicações são feitas aos governos federal, estadual e municipal. Só que elas não são restritas apenas ao Estado, buscando também, quando necessário, algumas empresas privadas. Nos últimos tempos, por exemplo, o MPA tem denunciado várias empresas de agro-negócio que tem tentado corromper o camponês a se tornar um agricultor familiar. Outro tipo de denúncia feitas são de bancos que disponibilizam financiamento irregularmente, limitando a produção camponesa e alienando o agricultor. O movimento com os seus membros têm apoiado e se beneficiado com a reforma agrária, mas não fazem ocupações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Já na esfera econômica, eles têm atuado com a reivindicação para a mudança do modelo agrícola vigente, que não tem atendido às necessidades do pequeno agricultor, privilegiando apenas o agro-negócio.

A visão ecológica da agricultura tem sido também uma preocupação do Movimento, defendendo a construção da agro-ecologia, que vem a ser: o conhecimento do agricultor, trabalhar respeitando o meio ambiente, não usar insumos químicos como adubos, não usar sementes híbridas e defende também a não utilização de sementes geneticamente modificadas.

Esses agricultores têm contado com a assistência técnica na execução de cursos, acompanhando-os no seu processo de aperfeiçoamento, pois os técnicos atuam a partir do conhecimento deles, sem impor-lhe “pacotes prontos” diferença sensível dos técnicos do governo, que além de tudo não serão muito úteis. Os créditos agrícolas, como o - Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, têm sido uma relevante ajuda para o homem e a mulher do campo. E da parte técnica eles têm acompanhamento desde a elaboração até a execução do projeto.

Os projetos elaborados no Semi-Árido, sobretudo no Poço da Vaca (Anagé) têm sido, os que podem ser compatíveis com a região e que não consuma muita água, como por exemplo, criação de animais de pequeno porte, como a cabra, plantação de palma e apicultura. Algo também que trouxe muita alegria para a região é o processador de umbu, fruta típica da região semi-árida e que no período de safra são até desperdiçados, pois a demanda é muita

Os agricultores do Poço da Vaca (Anagé) têm experimentado conquistas e alternativas hídricas para uma boa convivência com o Semi-Árido, como por exemplo aquisição de cisternas de placas e barragens subterrâneas. Vale ressaltar que existem parcerias entre o MPA e a ASA – Articulação no Semi-Árido – uma entidade civil que é articulada com a participação de ONG's, Igreja, empresas privadas e Igrejas.

Para o Poço da Vaca (Anagé) são trinta e seis projetos de custeio (projetos para serem pagos em menos tempo) para feijão e mandioca dando mais prioridade à mandioca, que tem mais resistência à falta de água. Há também os projetos de investimentos (projetos que geram renda com mais tempo e serão pagos no período de mais ou menos oito anos) são os de criação de animais de pequeno porte, apicultura, processamento de umbu e máquina de fazer ração.

Há também o resgate das sementes em todo o Brasil como por exemplo as sementes da paixão ou crioulas e de variedade locais e em Anagé predominam as de variedades locais como o feijão, milho, andu etc.

Mas a convivência com essa região, para que resistência passe de geração em geração, o projeto de alfabetização camponesa, é um projeto que visa educar as crianças e os jovens para dar continuidade às reivindicações dos pais e provando que a vida no campo é possível. Em Poço da Vaca (Anagé) são doze turmas de alfabetização com, em média vinte alunos cada.

Os projetos para a convivência com o Semi-Árido não param de entusiasmar os agricultores camponeses, os movimentos sociais, Igreja e a sociedade civil envolvidos para que aqueles que há muito sofreram com a falta de políticas públicas para a convivência com

a seca tenham hoje forças para lutar contra o sistema excludente que quer a todo custo convencer a sociedade que não é possível uma agricultura camponesa e uma boa convivência nessa região tão sofrida. É perceptível o contrário. O Movimento dos Pequenos Agricultores nos tem mostrado que não se pode cruzar os braços e que suas reivindicações tem sortido efeito. É importante enfatizar que o MPA não está agindo sozinho, mas algumas parcerias têm surgido para levar adiante a resistência do camponês no semi-árido de Anagé, como por exemplo a ASA (Articulação no Semi-árido). A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil que atuam no desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido. A ASA congrega, atualmente, cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos, como das igrejas católica e evangélica, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, Associações de trabalhadores rurais e urbanos, Associações Comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais. A ASA foi criada em julho de 1999 e se consolidou em fevereiro de 2000. nesse mesmo ano começam as discussões de como o Governo Federal apoiaria as iniciativas de fazer das cisternas uma realidade para os pequenos proprietários rurais no semi-árido. Daí a proposta de construir um milhão de cisternas para as famílias rurais no semi-árido, assegurando-lhe água de qualidade. No povoado do Poço da Vaca no município de Anagé, muitas pessoas já foram beneficiadas com as cisternas de placas.

3.2 ASPECTO SÓCIO ECONÔMICO DO POVOADO DE POÇO DA VACA

Segundo pesquisa feita pelo MPA em 2003, a comunidade do Poço da Vaca tem uma população de 420 habitantes, num total de 60 famílias. Dispondo de duas escolas de ensino fundamental de 1ª a 4ª série que atendem a 80 alunos e duas professoras com o ensino médio completo.

Depois de concluir a 4ª série, algumas dessas crianças vão para a sede do município de Anagé; outros com incentivo dos pais, membros do Movimento dos Pequenos Agricultores vão para escolas famílias agrícolas tendo como objetivo principal uma formação adequada, voltada para sua realidade, podendo contribuir com conhecimentos agrotécnicos e de organização social, política e cultural através de reuniões com essa comunidade. Mesmo assim ainda existe um grande contingente de êxodo rural em busca de melhores condições. É alimentada a esperança ou a ilusão de que em São Paulo se terá um bom emprego e a família terá uma melhor condição de vida; e isso perdura principalmente no ideário dos jovens, que pretendem atender aos apelos da sociedade de consumo, se pautando pelas principais meios de comunicação.

A respeito da saúde, a comunidade não dispõe de posto médico e quando há necessidade recorrem à Vitória da Conquista na sua grande maioria. Normalmente quem faz as vezes de um enfermeiro ou auxiliar de enfermagem são os agentes comunitários de saúde. Outra

presença marcante na comunidade é a Pastoral da Criança com suas voluntárias extremamente dedicadas a salvar crianças e acompanhá-las no processo de crescimento saudável.

A agricultura camponesa tem ido um fator relevante no Poço da Vaca, pois além da sua valorização, os camponeses têm realizado uma espécie de resgate da cultura no campo, buscando participar das reuniões do movimento, se engajando e sendo beneficiados, pois as reivindicações feitas, com incentivos governamentais, tais como: moradia rural, escolas de alfabetização, entre outros, tem sido atendidos.

A Comunidade está situada

Observa-se também que a organização desses produtores tem dado acesso a outras iniciativas como recebimento de 45 cisternas de placa, pois a parceria com a ASA e o MPA tem trazido grandes benefícios aos pequenos produtores.

REFERÊNCIAS

- CAUME, David José. *A agricultura familiar no estado de Goiás*. Goiânia: UFG: Quirion, 1992
- PESSOA, Jadir de Moraes. *Cotidiano e História: para falar de camponeses e ocupantes*: Goiânia: Quirion, 1992
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *O futuro do MPA. Caderno de Estudos do MPA*: Mediagraf, 2003.
- FABRINI, João Edmilson. *O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato*. Terra livre/ São Paulo. Ano 18, n. 19. P.75 – 94/ Jul./dez. 2002.
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. *O conceito de classe camponesa em questão*. Terra livre. São Paulo/ Ano 19, n. 21 – p.83-88 / Jul./dez. 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo. Contexto, 4ª edição, 2001 – Caminhos da Geografia.
- ANDRADE NETO, Joaquim Correia. *A questão da seca no Nordeste: um problema ou um dos muitos problemas da região*. Curitiba: V CBG, 1994.
- PICCOLI, Daniel. *Os camponeses brasileiros entre a resistência e a extinção*. In: Caderno do CEAS n. 204 Mar/Abr, 2003.
- INTERNET, www.cliquesemiario.com.br
- _____, www.asabrazil.org.br
- _____, SOARES, Blandison www.anage.com.br